

Igreja sabatará futuros

Jornal de Brasília

constituintes

GERAK

Marcondes Sampaio

Logo que as convenções partidárias forem concluídas, na primeira quinzena de agosto, a Igreja Católica começará a sabatar os candidatos à Constituinte, através de encontros que serão promovidos, em todo o País, nas paróquias, comunidades de base e outros organismos a ela vinculados. Também em agosto, em data a ser ainda fixada, o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC) e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço promoverão um Seminário no Rio de Janeiro para discutir uma atuação comum das Igrejas em favor de uma Constituinte que atenda aos anseios populares, por mudanças sociais mais amplas. As duas entidades reúnem representantes de oito confissões religiosas.

A informação a respeito da sabatina aos candidatos foi prestada ao Jornal de Brasília pelo presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, diante da declaração feita na véspera pelo ministro Paulo Brossard, da Justiça, que considerou natural a participação da Igreja Católica e da seita Moon na eleição para a Constituinte. Perguntado o que achava do fato de o Ministro nivelar a Igreja Católica a uma seita que já recebeu muitas condenações, D. Ivo mostrou-se preocupado em evitar novas divergências entre a Igreja e representantes do Governo, e disse que não pretendia "polemizar" em torno da questão.

A tarde, num segundo telefonema, o presidente da CNBB ditou a seguinte declaração: "A Igreja não terá candidatos próprios, não tem participação política, nem emprega dinheiro para promover nomes. O que ela faz, nesse momento, é divulgar e fazer estudado pelo povo o texto aprovado pela Assembleia de Itaipu, "Por uma Nova Ordem Constitucional". O que a Igreja quer é que o povo se conscientize e vote naqueles nomes que defendam não interesses da Igreja, mas as superiores exigências da democracia real".

Para enfatizar a atenção que a

Igreja vem dedicando à Constituinte, D. Ivo citou o plano da sabatina aos candidatos, explicando que, nas paróquias e comunidades de base, representantes leigos serão preparados para o questionamento aqueles que pretendem disputar uma cadeira na Constituinte.

Obstáculos

O seminário programado pelo Conic e Coordenadoria Ecumênica de Serviços reunirá representantes das igrejas Católica, Luterana no Brasil, "Reformada", "Cristã Reformada", Episcopal, Pentecostal "O Brasil para Cristo", Presbiteriana Unida e Metodista.

A exceção da "Cristã Reformada" e da "Presbiteriana Unida", todas essas Igrejas são signatárias de um documento, emitido no dia 16 de junho último, em Porto Alegre, a propósito da Constituinte. Um dos trechos do documento assinala: "Além dos obstáculos criados pelo próprio Governo, impedindo que cada brasileiro possa dizer — "eu sou constituinte" — há outros levantados entre ponderáveis grupos conservadores de brasileiros que desejam ser constituinte para pressionar e não permitir que haja na nova Constituição uma opção preferencial pelo social e pelos mais carentes".

O texto proclama ainda que empresários nacionais e estrangeiros empenhados na eleição de constituintes são "fortemente apoiados por grupos religiosos ultraconservadores, baluartes intransigentes e sacramentalizadores do capitalismo selvagem, que não admitem que a nova Constituição haja pontos favoráveis a um sistema econômico menos injusto e mais participativo".

O documento informa que as igrejas signatárias "têm feito um esforço significativo para diminuir a defasagem existente entre os debates do povo e os grandes temas da Constituinte", promovendo encontros e cursos nas periferias das grandes cidades e em regiões rurais, "principalmente no Nordeste".

CNBB vai orientar

O documento "Por uma Nova Ordem Constitucional", da CNBB, funcionará como uma espécie de cartilha que vai orientar as sabinas dos católicos aos candidatos à Constituinte. O texto, aprovado ao final da 24ª Assembleia Geral dos bispos brasileiros, realizada em abril último, não inclui propostas concretas para a modificação da ordem econômica e social. Sua tônica é a defesa de princípios relativos à participação da sociedade no processo político; ao controle do poder pela sociedade; o acesso ao trabalho, educação e saúde e, como síntese, uma ordem social mais justa.

No título "A eleição de novembro de 86", os bispos recomendam: "Para merecer a confiança do eleitor cristão, não bastam um discurso religioso e uma retórica democrática e popular. É necessário o testemunho de vida coerente com os valores cristãos ou com os valores humanos fundamentais implícitos na mensagem cristã. Requer-se ainda uma ética e uma prática social e política comprometidas concretamente com a

luta pela justiça e com a causa dos marginalizados, empobrecidos e oprimidos, excluídas posições ideológicas incompatíveis com a fé cristã".

E mais: "Também não se pode confiar em promessas e propósitos "generosos" para com o bem do povo, quando o candidato tem um passado comprometido com interesses pessoais ou de grupos privilegiados ou apresenta um comportamento marcado pela desonestidade, corrupção e oportunismo".

O texto ensina inclusive como os cristãos devem "posicionar-se e intervir" quando a Constituinte estiver em funcionamento: "Quando se tentar introduzir na Constituição elementos incompatíveis com a dignidade e os direitos da pessoa humana; quando eventuais manobras, manipulações e entendimentos de cúpula frustrarem aspirações democráticas; quando se tentar limitar a liberdade da Constituinte; quando houver manifesto abuso do poder econômico".